

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Defesa Nacional e a Coesão Militar: normalização e relações de Poder no interior da caserna

Ronaldo Queiroz de Morais*

Resumo: A coesão total foi a utopia conservadora que norteou as ações normativas político-militares. A Revista "A Defesa Nacional" que a partir de 1958 apresenta um papel significativo na publicação de artigos políticos anticomunistas, num processo contínuo de monstrualização dos corpos políticos de esquerda, se coloca como fonte importante a fim de compreender o processo normativo e as relações de poder que pontuaram o poder político militar brasileiro.

Palavras-chave: Coesão. Anticomunismo. Publicações Militares

Abstract: The total cohesion was the conservative utopia that led the military-political normative actions. The magazine "The National Defense", that from 1958 on, presents a significant role on the publication of political anti-communist articles, in a continuous process of horridification of the left political parties, became an important source to understand the normative process and the power relations that featured the Brazilian military political power.

Key Words: Cohesion. Anti-communism. Military Publications.

O que os oficiais superiores (...) escrevem em publicações militares constitui, em certo sentido, guerra política (...).
Morris Janowitz (1967: 261)

Introdução

A escolha dos discursos apresentados nos editoriais da Revista *A Defesa Nacional*¹, bem como a quantificação do fluxo das publicações, tem como objetivo teórico perceber o discurso político-militar como acontecimento, pois o poder opera por meio dele, na medida em que o discurso é um elemento e, ao mesmo tempo, um dispositivo estratégico de relações de poder (FOUCAULT, 2006:253). Nesse sentido, o discurso apresenta-se como evento de vinculação e orientação do poder. Traduz, assim, um conjunto de práticas que engendram estratégias políticas e que se colocam como escritura de poder a fim de disciplinar o corpo militar. No limite, as publicações são fontes fundamentais, na medida em que os governos modernos encontram-se alicerçados, exclusivamente, na opinião pública. Diante

* Professor de História da Faculdade Cenecista de Osório – RS (FACOS) e do Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA) – Doutorando em História Social (USP).

¹ Revista do Exército Brasileiro com publicação perene desde 1913.

disso, as escrituras veiculadas na revista “A Defesa Nacional” apresentam-se como luta cognitiva de tom político com o propósito de impor uma visão “legítima” do mundo, formando uma imagem do social e do político para pontuar a direção política do que deve ser feito (BOURDIEU, 2001: 226).

A defesa nacional e a construção do monstro comunista

A construção do monstro comunista não é nova, precede a Guerra Fria e tem sua expressão na chamada Intentona Comunista de 1935 – uma verdadeira sedição militar de matriz comunista – daí o primeiro movimento de monstrualização comunista estar associado ao militar de esquerda. No que concerne à revista “A Defesa Nacional”, este movimento tem sua elaboração a partir de 1958, quando os artigos publicados passam a ter uma coloração anticomunista² – logo numa revista que sempre priorizou os aspectos profissionais em detrimento dos políticos.

O momento era delicado, a imagem que se tinha era de que o monstro comunista rondava a caserna e ameaçava a ordem civil. O imaginário militar vivia uma espécie de esquizofrenia coletiva – é como se o corpo militar estivesse se desmanchando diante da ofensiva de esquerda. Os militares responsáveis pela revista se viam ameaçados frente aos militares nacionalistas – os generais do povo – que ameaçavam a hierarquia fomentando politicamente oficiais e praças.

Frente a isso, a revista começa a ceder espaço importante ao anticomunismo – o sumário divide-se em assuntos de cultura profissional (técnico-militares) e assuntos de referência político-ideológica. De acordo com o editor da revista, Coronel Ayrton Salgueiro de Freitas³, os artigos da revista:

(...) não tratam só de técnica, como em 1913. Agora, procuramos esclarecer nossos leitores mais jovens sobre os problemas do comunismo, crença exótica que nos ameaça; nossas páginas, particularmente a partir de 1958, estão repletas de artigos sobre guerra revolucionária⁴ (...).

E é em torno do fluxo dos artigos e dos editoriais que procuramos mapear a construção do monstro comunista. Os editoriais, além dos artigos, reforçavam o anticomunismo, fomentando nos leitores militares instrumentos de reação às idéias de

² Convém acrescentar que a revista ainda vai priorizar as publicações referentes à cultura profissional. Assim, os artigos relacionados ao anticomunismo ocuparam o espaço de “assuntos diversos” e os editoriais.

³ É preciso compreender que neste contexto a revista está ligada ao grupo de militares ligados à Cruzada Democrática, dentre eles o Coronel Hugo de Abreu e o Coronel Golbery.

⁴ Editorial publicado na revista A Defesa Nacional nº 554 – out/1960.

esquerda. Destarte, com a leitura dos artigos podiam-se formar pedagogicamente subjetividades anticomunistas a partir de textos que se aproximavam de uma política geral do maior contingente da força militar terrestre. No editorial da revista anuncia-se que “(...) com a leitura do presente artigo e dos demais que vêm sendo publicados em “A Defesa Nacional” você já estará iniciando a aprendizagem para começar a luta contra o comunismo⁵”. Trata-se de uma política de percepção cognitiva, há o esforço para informar e orientar a percepção de mundo, nessa perspectiva, ao mesmo tempo em que se procura educar o corpo, encaminhando-o para a luta política (BOURDIEU, 2001: 226).

É importante sublinhar que a luta contra o comunismo se colocava como uma cruzada democrática e cristã com a intenção de esmagar da política nacional os corpos dissidentes – a estratégia era a de monstrualização desses corpos. Havia uma espécie de ubiqüidade da presença comunista, isto é, esses monstros poderiam ser encontrados em todas as instituições do país, defendendo idéias comunistas ou, às vezes, paradoxalmente, contrárias aos princípios comunistas, como a defesa da liberdade e da democracia, uma mera aporia tática. Deste modo, os homens e as mulheres de bem deveriam permanecer com os olhos bem abertos, visto que a doutrinação comunista assumia um tom subliminar, transformando qualquer pessoa em “inocente útil”. No editorial podemos encontrar as seguintes palavras: “você está a par de como o comunista oculto, ocupando um ponto saliente no governo, no jornalismo, nas sociedades trabalhistas, na igreja ou nas escolas, pode inocular em seu espírito o veneno suficiente para tornar você elemento de propaganda, ou seja, um inocente útil”⁶

Efetivamente, a monstrualização deve ser percebida como um processo político a fim de banalizar o “outro” a partir da invenção de um corpo com poder de sedução capaz de corromper a ordem capitalista, pois não se trata de um mero discurso fantasioso de poder que se limita a si mesmo, mas de uma estratégia que busca a normalização de uma posição de poder. De modo que é preciso monstrualizar o outro para torná-lo corpo submisso.

A administração da coesão militar

Os discursos militares nos anos de crise política, anterior ao golpe político-militar de 1964 e aos governos militares, se centraram numa utopia moderna: a de coesão total. Utopia na medida em que o corpo militar não representa um grupo monolítico de poder (JANOWITZ, 1967: 7). Em outras palavras, a coesão é o sonho da sociedade militar, é como ela procura simular a realidade institucional. Este sonho militar de sociedade, apresentado por

⁵ Editorial publicado na revista A Defesa Nacional nº 554 / set/1960.

⁶ Idem

Michel Foucault (2001:142), tem como referência as engrenagens subordinadas das máquinas, as coerções permanentes, os treinamentos progressivos e a docilidade automática.

Para tal fim foi fundamental elaborar um conjunto de discursos e práticas no interior da caserna que fomentassem a idéia de coesão. E essa idéia foi, em boa parte, construída a partir do combate ao comunismo, de tal forma que qualquer desvio de conduta, amiúde, podia ser associado à presença de corpos estranhos – elementos monstruosos – que paulatinamente iam destruindo a imunidade da instituição.

Isto é, a partir de um clima de insegurança total – pois a ameaça à liberdade se colocava de forma constante – se assegurava a administração da coesão militar. O horror aos monstros comunistas gerava um ambiente de instabilidade e reforçava a premência do combate militar. Dessa forma, podemos encontrar num dos editoriais da revista que “(...) a vigilância é a garantia da liberdade e a ninguém mais do que a nós, militares, cabe esta vigilância⁷”. De fato, houve, nos anos que antecederam o golpe militar, uma tomada de consciência dos militares conservadores, ligados ao grupo político da “Cruzada Democrática”, frente à responsabilidade militar diante do contexto político nacional.

Portanto, a coesão militar passava a se colocar como uma espécie de imperativo categórico com o propósito de evitar a degeneração da instituição. Nesse sentido, para os militares “a união das forças armadas e dos seus membros deve ser procurada no mais alto grau⁸”. Com efeito, em nome da busca da coesão militar o golpe de Estado se fez necessário. Sendo assim, a coesão torna-se um valor político fundamental, visto que a quebra da hierarquia por parte dos generais golpistas tornou patente a fragilidade da coesão, principalmente, entre os escalões superiores (OLIVEIRA, 1978: 105).

Por esta forma, a chegada dos militares conservadores ao poder em 1964 representou tanto a militarização do Estado como a militarização da própria instituição militar. Ou seja, a partir desse momento, em nome da unidade militar, fomentar-se-á a utopia da coesão total. Para isto, alijar-se-á, gradativamente, a política civil do corpo institucional militar. A imposição, por parte do militar, de se estar na reserva para ocupar um cargo político reforçava a necessidade de se criar uma imagem civil do efetivo poder militar. Estrategicamente foi imposta uma linha que, embora tênue, tinha como objetivo apartar a caserna das questões políticas. Obviamente, qualquer declaração política representava uma ameaça à ordem estabelecida e um atentado contra a coesão militar. Assim, medidas normativas e coercitivas foram elaboradas, fundamentalmente com os expurgos político-

⁷ Editorial publicado na revista A Defesa Nacional nº 557/dez/1960.

⁸ Editorial publicado na revista A Defesa nacional nº 570/571 jan - fev/1962.

militares, com a redução do efetivo dos generais e do tempo de serviço na ativa, bem como com o Ato Institucional nº 17 que previa o afastamento temporário (transferência para a reserva) de oficiais que atentassem contra a coesão das Forças Armadas (OLIVEIRA, 1978:105).

Malgrado, o exército brasileiro vivia um contexto de tensão militar. A idéia anticomunista, nos governos militares, representava o prolongamento da ação militar na política, isto é, a partir daí o discurso anticomunista servia, amiúde, para traduzir uma oposição política sub-reptícia ao governo, o que, efetivamente, minava a coesão institucional.

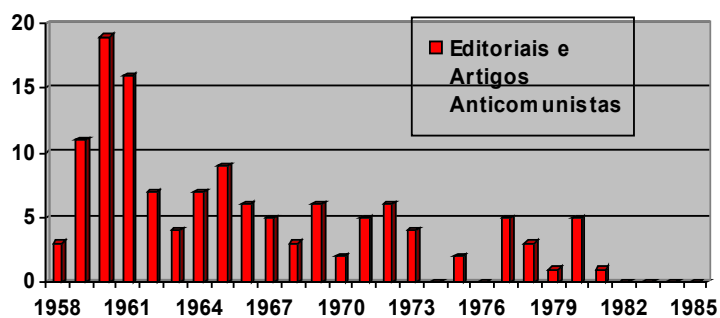
A revista *A Defesa Nacional* marca esta tensão nos seus editoriais e no fluxo dos artigos anticomunistas publicados. Realmente, houve pressão dos militares palacianos no sentido de reduzir as publicações aos assuntos puramente técnico-militares, e, ao mesmo tempo, podemos perceber uma resistência dos editores com o objetivo de persistir na publicação de artigos anticomunistas. Em 1966 o editorial da revista enfatiza a posição da revista: “frisamos que *A Defesa Nacional* não se desviará, nem um nada, de uma intransigente atuação anticomunista⁹”. Os militares responsáveis pela revista reagiam ao que definiam como “tendência malévola” de se confundir posição anticomunista com posição política. Dessa forma, de acordo com os editores:

Nunca aceitamos, nem aceitaremos que uma Revista com o passado, com a tradição da nossa, seja amordaçada na sua virilidade brasileira, sob o falso pretexto de que atacar o comunismo – onde, como e quando ele se apresente – seja o mesmo que intrometer-se na política nacional¹⁰.

⁹ Editorial publicado na revista *A Defesa Nacional*/ nº 609/set-out/1966.

¹⁰ Idem

No entanto, podemos perceber, no gráfico¹¹ abaixo, uma queda significativa no fluxo das publicações dos artigos anticomunistas a partir dos governos militares.



De fato, a coesão militar foi constantemente abalada nos governos militares (OLIVEIRA, 1994: 44) – contudo, não evitou a crescente centralização do poder militar. A utopia da coesão militar passou a ser administrada, no governo Geisel, como uma prerrogativa presidencial. Deste modo, colocou-se em jogo a hierarquia militar, na medida em que o presidente é o chefe das Forças Armadas. Portanto, tocou-se na particularidade da instituição militar, ou seja, na hierarquia (LEIRNER, 1997: 49) que estrutura o fluxo de poder e, ao mesmo tempo, estabelece a própria visão de mundo, baseada na disciplina constante dos corpos.

A transição: da política partidária à política militar

No limite, não podemos nos furtar da dimensão militar dos corpos que ocupam a caserna. Sendo assim, a ação estratégica com o propósito de conquistar o poder tinha como elemento, de dissuasão política, o combate à ideologia comunista (que naquele momento se colocava, para a instituição, como inimigo de guerra). Em face disso, a confusão da ação militar se resolvia a partir da transposição do inimigo de guerra à política civil. Assim, podemos perceber nos discursos e práticas do corpo militar conservador uma elaboração

¹¹ Realmente, de 1958 (momento em que a revista começou a enfatizar a luta anticomunista) a 1964 (contexto de início da ação político-militar na esfera civil) temos um fluxo de 67 escrituras de matiz anticomunista (ou seja, em sete anos) o que pontua em média 9,5 escrituras por ano. Nos anos de 1964 a 1985 (no efetivo governo militar) o número de artigos e editoriais anticomunistas foi de 63 textos publicados, ou seja, em 21 anos, temos em média 3,0 escrituras publicadas por ano. De fato, nos governos militares tivemos uma considerável baixa nas publicações anticomunistas, principalmente a partir de 1966, contexto de pressão político-militar objetivando a restrição da revista a assuntos puramente profissionais.

extensiva do conceito de comunismo, objetivando envolver todos numa pecha monstruosa, favorecendo assim a intervenção militar na política civil.

E foi esta a estratégia político-militar, concernida pelo clima da guerra fria, que garantiu a unidade militar capaz de sustentar o golpe. Entretanto, os militares no governo não poderiam conviver com esta estratégia extensiva do conceito de comunismo, pois ameaçava a disciplina militar, na medida em que mantinha na tropa a confusão e a ausência de uma linha divisória entre a política civil e a militar. Em outros termos, era preciso despartidarizar a tropa e desenvolver a política militar no interior da caserna. Para isto, o comunismo passa a ser na tropa, exclusivamente, o inimigo de guerra¹² – esta restrição foi fundamental para manter a instituição subordinada ao governo.

Depois do impulso político-militar (da chamada revolução) tivemos o momento de permanência dos governos militares – momento de normatização e de busca da consolidação da nova ordem. Para a compreensão geral das forças político-militares mais significativas podemos dividi-las em duas linhas: os duros, mais anticomunistas do que profissionais e a linha dos da Sorbone, mais profissionais do que anticomunistas. Os duros tinham como objetivo a extensão temporal do poder militar, enquanto que os da linha da Sorbone calculavam o risco desta permanência para a instituição. Representante da Sorbone, Castelo Branco foi o responsável pela elaboração da política normativa com a intenção de afastar os militares da crescente partidarização – ou seja, era preciso desconstruir as forças político-militares que engendraram o golpe de 1964, evitando assim a oposição militar. Ademais, os regulamentos modernos (constante normatização) têm priorizado a ausência essencial de partidarismos políticos (JANOWITZ, 1967: 230).

Entretanto, não podemos simplificar o afastamento dos militares da política civil como uma simples despolitização (o militar como apolítico) ou, também, estender abruptamente a participação política dos militares no governo à instituição militar como um todo. Na medida em que os militares delimitaram território – a condição de se estar na reserva e de utilizar traje civil no governo não era, absolutamente, uma mera questão de estilo, mas a apresentação de uma concepção de poder, que apontava uma linha demarcatória, sempre tênue, não obstante, demonstrava a posição do poder político do Estado frente à instituição militar.

Considerações finais

¹² Na caserna, instruções militares, a partir de manuais de guerra revolucionária, eram conferidas para oficiais, cadetes e praças a fim de acentuar o comunismo como um mero inimigo de guerra.

A revista *A Defesa Nacional* em seu fluxo de publicações nos possibilita historiar as relações de poder, no interior do corpo militar, que estruturaram políticas institucionais com a intenção de apartar os militares da política civil objetivando, assim, a coesão militar. Os editoriais e os artigos publicados pontuavam uma verdadeira cruzada anticomunista a partir de 1958, desenvolvendo uma luta política de ação cognitiva com a intenção de erigir uma visão de mundo receptiva ao combate aos comunistas. A intenção militar foi a de legitimar idéias e práticas políticas que apontavam para o presente e o futuro da instituição militar.

Todavia, houve uma mudança no fluxo das publicações, a partir de 1964, na medida em que, paradoxalmente, o mesmo anticomunismo que beneficiou a coesão militar, *sine qua non* no movimento político-militar que depôs o governo Goulart, passou a desestabilizar a coesão, pois garantia certa politização na caserna já que, com a ubiqüidade do monstro comunista, o anticomunismo se voltava contra a política do próprio Estado Militar.

Em suma, da política das publicações podemos pontuar ilações em torno da complexa tensão no interior da instituição, o que nos proporcionou a historicização das intenções e das práticas de poder para disciplinar o corpo militar. Dessa forma, as relações de poder no interior da instituição, pontuadas a partir do fluxo das publicações, nos possibilitaram compreender o anticomunismo como elemento por meio do qual a tensão militar (relações de poder) se manifestava. Dito de outro modo, o anticomunismo voltado contra os militares e civis dissidentes da “Cruzada Democrática” era um elemento de coesão militar, no entanto, o anticomunismo, em tempos de estabilização do poder político-militar (pós-64), passa a minar a coesão, visto que os militares da linha dura se apropriavam desse discurso para manter uma oposição política aos militares do governo.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Forense universitária, 2006.

_____. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 24ª ed. Petrópolis, Vozes, 1987.

HUNTINGTON, Samuel. **O soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1996.

JANOWITZ, Morris. **O soldado profissional: estudo social e político**. Rio de Janeiro, Edições GRD, 1967.

LEIRNER, Piero Camargo. **Meia volta volver**. Editora FGV, 1997.

PEREIRA, João Martins. **A natureza instrumental das Forças Armadas: o exemplo de 25 de Abril**. In: Revista crítica de Ciências Sociais. nº 15, Maio de 1985 & nº 18,19,20 Fevereiro de 1986. Coimbra, Portugal.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. **De Geisel a Collor: forças Armadas transição e Democracia**. Campinas, Papirus, 1994.

_____. **As Forças Armadas: Política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1978.